

Eixo Capital



ANA DUBEUX
anadubeux.correio@gmail.com



À QUEIMA-ROUPA

REUBER BRANDÃO

Professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, membro da Rede Biota Cerrado e da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza

“Há, sim, intencionalidade. Muitas vezes, criminosos”

Há um inquérito em andamento para investigar se esses incêndios são criminosos. O senhor acredita nessa hipótese?

Esses incêndios, que estão ocorrendo fora dos períodos de raios, são, certamente, resultado da ação direta e intencional de pessoas. Essa intencionalidade ocorre por costumes antigos arraigados na sociedade, tal como a “queima de lixo”, a “queima para formação de pastagens”, a “queima para a caça”, a queima para “limpar” áreas. Mas também, ao longo do tempo e mais recentemente, parece que queimar a vegetação nativa tem sido utilizada como ferramenta ideológica, utilizada por aqueles que querem, de alguma forma, manifestar agressividade contra o meio ambiente. Dessa forma, há, sim, intencionalidade, muitas vezes, criminosos, já que causa morte de animais, de plantas, acidificação de nascentes, destruição de solo e diversos outros prejuízos à sociedade.

Há quem trate esses casos mais recentes como ecoterrorismo. O senhor enxerga dessa maneira?

Se tais incêndios podem ser considerados “atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral (...)” (*Declaração sobre Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional* da ONU, Resolução 49/60 da Assembleia Geral, parágrafo 3), podemos, sim, considerar que tais ações visam causar uma sensação coletiva de medo, ansiedade e horror. Com isso, podemos dizer, ao menos de forma retórica, que tais eventos são formas de ecoterrorismo. São escolas fechadas, acidentes rodoviários, pessoas adoecendo e morrendo, prejuízos diversos em propriedades, dentre outros resultados dessas ações.

É hora de dar um novo nome ao que está acontecendo e tomar providências reais para inibir essas ações, como foi visto na noite de domingo em Brasília?

Tais eventos têm tido capacidade de consternar e assustar a sociedade, a imprensa, as redes sociais e os órgãos



Kayo Magalhães/CB/D.A Press



governamentais. Se as investigações que estão sendo conduzidas apontarem na direção de que tais incêndios são planejados com antecedência, estão atendendo a um contexto político ou ideológico, visando causar danos intencionais à sociedade civil por grupos organizados, buscando causar um clima de comoção e temor, temos claros sinais de que há uma postura de ecoterrorismo contra a natureza brasileira. Vamos aguardar o resultado das investigações.

Vendo dessa perspectiva, há legislação para amparar uma reação em cadeia para controlar esses incêndios?

Não há, no ordenamento jurídico

brasileiro, a figura de “ecoterrorismo”, sua tipificação e uma regulamentação. Com isso, criminosos eventualmente identificados irão responder por crimes já tipificados, considerando caso a caso. O fato é que a natureza é o bem comum mais coletivo que existe e danos à natureza têm de ser entendidos como danos coletivos graves e passíveis de maior severidade. Não é o que observamos. Há uma enorme dificuldade de responsabilização para quem causa diversos impactos à natureza, e muitos acusados não são criminalizados. Com isso, ficamos no campo da retórica, enquanto a impunidade é a norma.

O bioma Cerrado está em risco?

Não espero que a comoção causada pelos incêndios nesse momento realmente mude a postura nacional diante do meio ambiente. Após as primeiras chuvas e com a curta memória cidadã do brasileiro, logo esqueceremos do que estamos passando, e a tragédia ambiental brasileira seguirá seu inexorável e lamentável rumo. Nesse contexto, não apenas o Cerrado, mas todos os outros biomas nacionais, todos os serviços ecossistêmicos prestados por esses biomas, nossa qualidade e estilo de vida e nossa natureza estão ameaçados.



Qualidade de vida

Atletas olímpicos e paralímpicos participam, em 28 de setembro, às 17h, na Esplanada dos Ministérios, da 1ª Corrida e Caminhada inclusiva da Rede Sarah. A ideia é conscientizar a sociedade sobre acordos para garantir qualidade de vida, inclusão por meio do esporte e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

#5diasépouco

Um movimento suprapartidário pela regulamentação da licença-paternidade ganha força na sociedade. Até 30 de setembro, estão abertas as inscrições para o concurso de fotografia Pai Presente — #5diasépouco, que premiará as quatro fotos que melhor retratarem as memórias em família com R\$ 8 mil, R\$ 4 mil, R\$ 3 mil e R\$ 1 mil. Os valores serão convertidos em créditos a serem usados em uma agência de viagem indicada pela comissão organizadora. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo link: <https://bit.ly/4dju8ZB>.

Parceria do Grupo Mulheres do Brasil — Brasília, com a Embaixada da Suécia e a Coalizão Licença-Paternidade (CoPai), a iniciativa uniu Damares Alves e Tábata Amaral.

Atualmente, a licença-paternidade é de apenas cinco dias — baseada em uma regra provisória em vigor desde 1988. O STF estabeleceu um prazo para que o Congresso regulamente de forma definitiva esse direito. Para os integrantes do movimento, o envolvimento dos pais na criação e no cuidado dos filhos gera um impacto profundamente positivo, não apenas na vida das crianças, mas em toda a sociedade.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Divulgação/MPDFT



Seigneur x Suxberger

É grande a expectativa para o primeiro debate entre os dois candidatos à disputa pelo comando do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). Georges Seigneur e Antônio Suxberger se encontram nesta quarta-feira, às 18h, em transmissão on-line interna, com as seguintes regras: manifestações iniciais; duas perguntas para cada candidato dirigido ao oponente; perguntas da audiência; manifestação final dos candidatos. A votação será em 24 de setembro.

Impacto social

O STJ julga, hoje, pela primeira vez, se os túneis por onde passam os trilhos dos serviços metroviários se caracterizam como bens de uso comum do povo ou como bens de uso especial. A orientação a ser firmada pela segunda turma determinará, por consequência, se há ou não direito à gratuidade de passagem às operadoras telefônicas em detrimento das empresas de metrô. O caso que será analisado envolve a TIM e o Metrô-SP. O TJSP entendeu pela possibilidade de cobrança de contraprestação, em razão da natureza jurídica de bem público de uso especial, sendo que a manutenção da utilização dos subsolos do Metrô pela TIM dependeria da celebração de novo instrumento contratual. A TIM recorre no STJ. A demanda tem grande repercussão econômica e social, e a decisão a ser firmada poderá impactar nas relações contratuais das demais concessionárias de serviço metroviário.

Guia do Cerrado

A ONG A Vida no Cerrado (Avinc), que atua na defesa do segundo maior bioma da América do Sul, lançou o *Guia para Candidaturas Ambientais*. Esse guia, pensado para candidatos a prefeitos e vereadores, traz pontos fundamentais sobre a importância de integrar o meio ambiente às políticas públicas municipais, especialmente às vésperas das eleições. Em tempos de crise climática e degradação ambiental, as prefeituras e câmaras municipais têm o poder de liderar a implementação de soluções sustentáveis.

Doações

O Tribunal de Justiça do DF vai doar, no dia 23, às 14h, um ônibus para atividades itinerantes, um outro ônibus para transporte de 48 passageiros, um caminhão, duas vans para transporte de 15 passageiros, uma van de carga, além de quatro veículos de serviços administrativo para a Secretaria de Saúde.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ROZANA NAVES | CANDIDATA ELEITA PARA A REITORIA DA UnB

A vencedora do pleito para o cargo máximo da Universidade de Brasília disse ao Podcast do Correio que o governo federal e as entidades de ensino superior devem enfrentar juntos a emergência climática



Aponte a câmera do celular e acesse a entrevista na íntegra

“Meio ambiente é prioridade”

» LUIS FELLYPE RODRIGUES*

Eleita pela comunidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) para ser reitora da instituição pelos próximos quatro anos, a professora Rozana Naves propõe que o governo federal e as entidades de ensino superior públicas enfrentem juntos os problemas climáticos que afetam o país. Em entrevista, ontem, ao Podcast do Correio, para as jornalistas Adriana Bernardes e Camilla Germano, a educadora sugeriu a

criação de um “instituto do clima”, que ajudará a desenvolver políticas estatais sobre o tema. Rozana também comentou os entendimentos com o Conselho Universitário (Consuni) — entidade composta por representantes de diversas áreas da UnB —, que remeterá a lista tríplice em que consta seu nome ao Ministério da Educação (MEC). Ela acredita que esse processo procederá de modo a ser acatado, pela pasta, o resultado da disputa pelo cargo máximo da universidade da capital federal.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Um dos pilares da sua campanha foi a responsabilidade socioambiental. Como podemos enfrentar as queimadas?

A questão ambiental e o meio ambiente têm de ser prioridade nas políticas públicas. Como achamos que a UnB pode contribuir? Com uma parceria com o governo federal mostrando que as universidades federais possuem docentes e corpos técnicos muito capacitados, e ex-positos nessa área de discussão sobre clima. Promover essa rede junto às universidades e em parceria com o governo federal é essencial. Tínhamos previsto a inauguração de um instituto do clima para desenvolver

políticas públicas e propostas.

Como seria esse instituto do clima?

(Seria) uma rede de pesquisa sediada na UnB, mas que contemple pesquisadores do território nacional e internacional, colocando a (nossa) universidade no cenário de protagonismo. Esse (tema) da emergência climática, tinha sido apontado por nós como o assunto do momento. Temos também outras ações, como o selo ambiental, que premia, em âmbito nacional, as melhores práticas relativas ao meio ambiente. Internamente, há outras práticas que devem ser criadas e intensificadas, por exemplo,

o programa Lixo Zero, e avançar na implementação de outras formas de energia alternativas.

Sendo a senhora confirmada pelo MEC como reitora da universidade federal, quais seriam as suas primeiras ações à frente da UnB?

É muito importante que atuemos junto ao Poder Legislativo na tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, buscando que o orçamento para o ano de 2025 seja suficiente para dar andamento às políticas de permanência (que evitem a evasão dos alunos e profissionais da universidade) e de infraestrutura que estavam previstas no nosso programa.

A lista tríplice deste ano teve uma novidade: a professora Olga Amância optou por não constar nela e, por isso, o Consuni a substituiu pelo vice da senhora. Se, em uma eventualidade, o presidente Lula nomear o professor Márcio Muniz, a senhora aceitará ser vice dele?

Não discutimos isso porque não estamos contando com essa hipótese. Temos bastante expectativa de

que a lista seja respeitada.

Como a senhora pretende trabalhar o tema de respeito, equidade e de combate ao assédio dentro da universidade?

O primeiro ponto é conseguirmos estabelecer um protocolo de registro, identificação dos casos de assédio e outras formas de discriminação. Agora mesmo está previsto o projeto Maria da Penha Vai à Escola, que vai formar e capacitar as pessoas da comunidade UnB, em particular, docentes e técnicos, na identificação dessas formas de assédio e discriminação, e orientar quanto às medidas a serem tomadas. Um outro passo é a apuração das denúncias. O que temos hoje, e foi denunciado durante a campanha, é que há um número muito elevado de denúncias, mas sem os encaminhamentos adequados internamente. De mais de 200 casos, apenas um teve consequências em termos de punição ao agressor. E isso gera uma sensação de impunidade que é muito ruim no combate às práticas inadequadas.

* Estagiário sob a supervisão de Manuel Martínez